



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING IMPRESSO

15/03/2011

INDICE

1. JORNAL A TARDE	
1.1. CORREIÇÕES.....	1
1.2. CÂMARA CRIMINAL DE JUSTIÇA.....	2 - 3
1.3. PAUTA ZERO.....	4
1.4. POSSE.....	5
1.5. PRISÃO.....	6
2. JORNAL AQUI	
2.1. PAUTA ZERO.....	7
2.2. PRISÃO.....	8 - 11
3. JORNAL ATOS E FATOS	
3.1. CORREIÇÕES.....	12
3.2. PAUTA ZERO.....	13 - 14
3.3. PRISÃO.....	15
4. JORNAL CORREIO DE NOTICIAS	
4.1. COMARCAS.....	16
4.2. CORREIÇÕES.....	17
4.3. CÂMARA CRIMINAL DE JUSTIÇA.....	18
4.4. INSTITUCIONAL.....	19
4.5. PAUTA ZERO.....	20
4.6. SISTEMA CARCERÁRIO.....	21
5. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
5.1. AVISO.....	22
5.2. INSTITUCIONAL.....	23
5.3. PAUTA ZERO.....	24 - 26
5.4. PRISÃO.....	27
6. JORNAL O DEBATE	
6.1. PRISÃO.....	28
7. JORNAL O IMPARCIAL	
7.1. CONCURSO.....	29 - 32
7.2. CÂMARA CRIMINAL DE JUSTIÇA.....	33
7.3. PRISÃO.....	34 - 35
8. JORNAL PEQUENO	
8.1. CÂMARA CRIMINAL DE JUSTIÇA.....	36

Correição em Itapecuru começa hoje

As comarcas de Itapecuru e Raposa serão fiscalizadas nos próximos dias pela Corregedoria Geral da Justiça. Em Itapecuru, a correição geral ordinária começa nessa terça-feira, 15, e abrangerá três varas. Segundo estimativa da secretaria judicial, 10.630 processos tramitam naquela comarca.

O trabalho será concluído até sexta-feira próxima pela juíza auxiliar da CGJ Ariane Mendes, que no dia 22 também coordenará correição na Raposa.

Ontem, o juiz José Nilo Ribeiro Filho inicia inspeção à 1ª e 2ª varas da Comarca de Presidente Dutra.

As atividades de correição têm por objetivo corrigir ou refazer even-

tuais procedimentos que possam prejudicar o bom andamento do trabalho forense. Servem ainda para colocar em ordem os dados processuais, tais como a quantidade de processos em tramitação na vara.

De acordo com o Código de Normas da Corregedoria, anualmente pelo menos um terço das comarcas do estado devem ser correicionadas pelo corregedor ou por seus juízes auxiliares.

Em 2010, primeiro ano de gestão do corregedor Antonio Guerreiro Júnior, a Corregedoria fechou o exercício com 53 varas fiscalizadas e fixou para este ano meta para outras 43 varas - 37 do interior e seis da capital.

Segunda maior comarca do estado, Imperatriz receberá correição em quatro varas: 4ª Cível, 2ª Cível, 1ª Criminal e 2ª de Família.

Câmara Criminal tranca ação penal contra funcionários da AmBev

Em sessão ontem a 3ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça decidiu trançar ação penal instaurada contra três funcionários da Companhia de Bebidas das Américas (AmBev) em São Luís, denunciados por crime contra as relações de consumo.

O Ministério Público Estadual (MPE) denunciou a coordenadora de qualidade e os gerentes geral e de engarrafamento da empresa, após constatação pericial da presença de fragmentos de inseto em garrafas da cerveja Skol, identificadas inicialmente por três consumidores que faziam uso do produto.

O fato aconteceu em março de 2007 e motivou

fiscalizações na empresa, que também foi denunciada pelo MPE, informando condições de total falta de higiene e desobediência de cautelas mínimas de segurança na fábrica da capital.

O desembargador Joaquim Figueiredo relatou habeas corpus impetrado pelos três funcionários, que alegavam sua não participação nos fatos, pois teriam ingressado nos cargos após a ocorrência do fato.

O magistrado decidiu cancelar a ação penal contra os três funcionários, argumentando falta de justa causa para a denúncia, na qual seria necessária a demonstração de elemen-

tos individualizados que apontassem sua participação nos fatos, já que a acusação se deu pelo simples fato de ocuparem cargos de gerência na empresa, os quais assumiram após a constatação da contaminação das garrafas.

O voto do relator, em acordo com o parecer da Procuradoria Geral de Justiça, foi seguido pelos desembargadores Benedito Belo e José Bernardo Rodrigues.

AÇÃO PENAL CONTRA FUNCIONÁRIOS DA AMBEV

Em sessão ontem, a 3ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça decidiu trancar ação penal instaurada contra três funcionários da Companhia de Bebidas das Américas (AmBev) em São Luís, denunciados por crime contra as relações de consumo.

O Ministério Público Estadual (MPE) denunciou a coordenadora de qualidade e os gerentes geral e de engarrafamento da empresa, após constatação pericial da presença de fragmentos de inseto em garrafas da cerveja Skol, identificadas inicialmente por três consumidores que faziam uso do produto.

O fato aconteceu em março de 2007 e motivou fiscalizações na empresa, que também foi denunciada pelo MPE, informando condições de total falta de higiene e desobediência de cautelas mínimas de segurança na fábrica da capital.

O desembargador Joaquim Figueiredo relatou habeas corpus impetrado pelos três funcionários, que alegavam sua não participação nos fatos, pois teriam ingressado nos cargos após a ocorrência do fato.

O magistrado decidiu cancelar a ação penal contra os três funcionários, argumentando falta de justa causa para a denúncia, na qual seria necessária a demonstração de elementos individualizados que apontassem sua participação nos fatos, já que a acusação se deu pelo simples fato de ocuparem cargos de gerência na empresa, os quais assumiram após a constatação da contaminação das garrafas.

O voto do relator, em acordo com o parecer da Procuradoria Geral de Justiça, foi seguido pelos desembargadores Benedito Belo e José Bernardo Rodrigues.

Começa análise de 8.800 processos da 6ª Vara Cível

Os 8.800 processos da 6ª Vara Cível da capital - uma das unidades judiciárias com maior acervo processual do estado - começaram a ser analisados na manhã de ontem, no salão do júri do Fórum do Calhau, pela força-tarefa do projeto "Pauta Zero", da Corregedoria Geral da Justiça (CGJ).

"Nossa meta é sentenciar e proferir decisão em todos", diz o juiz coordenador do projeto, Pedro Holanda Pascoal, lembrando orientação do corregedor Antonio Guerreiro Júnior para cumprimento do trabalho em tempo recorde. "Apesar do corre-corre, a qualidade da equipe garantirá um trabalho de qualidade", acredita o corregedor.

A alienação de carros e ações de reparação de danos morais são alguns dos assuntos elencados no cotidiano da 6ª Vara Cível.

Na prática, os vinte juízes que formam a equipe

têm até sexta-feira, 18, para examinar milhares de papéis reunidos em volumes. Cada magistrado foi autorizado a trazer a São Luís um assessor da comarca onde é titular para auxiliá-lo. "Essa decisão é extraordinária e justificada pelo enorme volume processual da 6ª Vara Cível", explica a diretora da CGJ Sumaya Heluy.

De olho na meta, os magistrados anunciam atividades no fórum também à noite.

A Corregedoria quer repetir na 6ª Vara Cível os bons resultados das três edições anteriores do "Pauta Zero": Vara de Entorpecentes da capital, 1ª Vara de Barra do Corda e Vitória do Mearim, onde foi lançado em dezembro de 2010.

O "Pauta Zero" na Vara de Entorpecentes, também no Fórum do Calhau, resultou em 1.460 processos analisados e liberação de 54 presos provisórios na Penitenciária

de Pedrinhas -

em situação prisional irregular.

A 4ª Vara Cível em São Luís será a próximo foco do "Pauta Zero" em São Luís. O corregedor Guerreiro Júnior confirma a ação de 11 a 15 de abril.

Varas das comarcas de Imperatriz, Balsas e Pastos Bons estão nos planos de trabalho do "Pauta Zero" para este ano.

Estágios - Uma das novidades dessa nova edição do "Pauta Zero" é a abertura do projeto a universitários de Direito a partir do 7º período que queiram estagiar com os juízes. A participação, a título voluntário e sem remuneração, garante certificado.

O interessado deve enviar currículo a phpascal@tjma.jus.br ou lcribeiro@tjma.jus.br e aguardar ser notificado.

Toma posse nova juíza da 8ª Vara da Fazenda Pública de São Luís

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Jamil Gedeon, deu posse, ontem, à juíza Cleonice Conceição do Nascimento, nova titular da 8ª Vara da Fazenda Pública de São Luís.

A juíza assumiu a vaga decorrente da remoção do juiz Fernando Mendonça, pelo critério de merecimento, para a 2ª Vara de Execução Penal da capital.

A carreira da magistrada teve início como juíza-substituta em janeiro de 1992. No mes-



◀ Juíza Cleonice Nascimento assina o termo de posse

mo ano, tornou-se titular da comarca de São Raimundo das Mangabeiras. Trabalhou ainda nas comarcas de Brejo, Coelho Neto, Grajaú, Timon e Imperatriz, nesta última por dez anos.

Cleonice Nascimento foi promovida para a entrância final em janei-

ro de 2007, como juíza auxiliar. Ficou à disposição de vários juizados especiais, mas permaneceu por mais tempo no 10º Juizado Cível, na Faculdade Atenas Maranhense (Fama).

Prestigiaram a solenidade o desembargador Jaime Araújo e o juiz auxiliar da presidência do TJMA, Raimundo Bogéa. A diretora-geral Alessandra Darub leu o termo de posse e compromisso.

Homem vai registrar uma ocorrência na delegacia e acaba atrás das grades



► Carlos é acusado de assassinar uma pessoas em 2007

Um fato inusitado ocorreu na manhã de ontem, na Delegacia da Cidade Operária, Decop. Carlos César Carvalho da Silva, conhecido como 'Kaká', de 37 anos, morador da Rua Timbiras/Barés, João Paulo foi registrar uma ocorrência por perda de documentos na Decop, quando soube que contra ele havia um mandado de prisão preventiva expedido pela Vara de Justiça Criminal.

Segundo o delegado Walter Wanderlei, Kaká é acusado de matar um homem identificado apenas como "Claudimir". De acordo com informações passadas por Kaká ao delegado, o crime teria acontecido em 2002 quando Kaká discutiu com Claudimir em um bar na feira do João Paulo. Os dois estariam bêbados e teria brigado. Na briga, Kaká deu uma facada no peito de Claudimir que morreu horas depois no hospital.

Após o crime, Kaká chegou a ficar um ano preso no Presídio São Luís. Porém,

seu advogado conseguiu um alvará de soltura em 2007. Desde então ele tinha vivido trabalhando com refrigeração. Mas liberdade de Kaká chegou ao fim porque ao chegar à Decop foi constatado que a juíza Alice de Sousa Rocha expediu um mandado de prisão preventiva contra o acusado no dia 13 maio de 2009, desde então ele era considerado foragido.

Perguntado se ele sabia deste mandado, Carlos disse que não tinha conhecimento e que só foi registrar uma ocorrência por ter perdido os documentos. "Meu advogado conseguiu um alvará de soltura, desde então eu nunca mais foi procurado pela justiça. Como eu perdi meus documentos vim na delegacia registrar a ocorrência. Só agora que estou sabendo que tem esse mandado contra mim. Fui pego de surpresa", falou.

Com o mandado de prisão expedido, Kaká deve ser enviado de volta para o Presídio São Luís.

JUSTIÇA

Quase nove mil processos

Os 8.800 processos da 6ª Vara Cível da capital – uma das unidades judiciárias com maior acervo processual do estado – começaram a ser analisados na manhã de segunda-feira, dia 14, no salão do júri do Fórum do Calhau, pela força-tarefa do projeto “Pauta Zero”, da Corregedoria Geral da Justiça (CGJ). “Nossa meta é sentenciar e proferir decisão em todos”, diz o juiz coordenador do projeto, Pedro Holanda Pascoal, lembrando orientação do corregedor Antonio Guerreiro Júnior para cumprimento do trabalho em tempo recorde. “Apesar do corre-corre, a qualidade da equipe garantirá um trabalho de qualidade”, acredita o corregedor. A alienação de carros e ações de reparação de danos morais são alguns dos assuntos elencados no cotidiano da 6ª Vara Cível.

▶ FINALMENTE PRESA

TRAFICANTE E ASSASSINA

Polícia prende mulher considerada a maior traficante da Cidade Operária e acusada de vários homicídios

MICHELLE ALMEIDA

Policiais da Delegacia da Cidade Operária - Decop, em cumprimento a mandado judicial, prenderam Maria Eulene Santos Silva, conhecida como 'Alice', na tarde deste último domingo, 13. Segundo informações do delegado Walter Wanderlei, da Decop, Alice é considerada a maior traficante da área da Cidade Operária, sendo a responsável pelo tráfico de drogas em pelo menos 10 bairros da região e ainda é acusada de ter mandado matar pelo menos sete pessoas que seriam suas rivais no tráfico de drogas. "Ela é uma mulher altamente perigosa. É ela quem comanda quase todo comércio de drogas da região da Cidade Operária e ainda é a responsável por vários homicídios", disse o delegado.

A prisão de Alice ocorreu por volta do meio-dia do domingo, quando a mesma foi visitar o ex-companheiro Wadson da Silva Araújo, o Tanaka - no Presídio São

KARLOS GERÔMYO IMP/D.A PRESS



ALICE, FINALMENTE PRESA

Luis. Tanaka cumpre uma pena de 23 anos pelos crimes de roubo, homicídio, tráfico de drogas e porte ilegal de arma. Tanaka também estaria envolvido no furto de várias pistolas do Quartel da PM no Calhau. No momento da prisão Alice pretendia fazer uma visita íntima ao ex-companheiro.

Alice tem 30 anos e resi-

de na Rua Rio Serra, quadra D, casa 13, Loteamento Geniparana, município de São José de Ribamar. A casa é apontada pela polícia como uma "boca de fumo" e já foi cenário de vários homicídios. Ela liderava pelos menos 13 homens que seriam seus "soldados" na execução dos crimes.

A prisão da acusada deu um certo trabalho para a polícia, pois era difícil pegá-la em flagrante. Foi preciso uma investigação de mais de três meses para poder levá-la à cadeia. Segundo o delegado Wanderlei, Alice sempre encomendava os crimes e nunca guardava drogas em casa. "Ela sempre dava um jeito de não se envolver diretamente com os crimes. De quem ela não gostava ou era concorrente, mandava matar. As drogas ficavam escondidas em bueiros perto da casa dela", falou.

Alice foi encaminhada para o Presídio Feminino de São Luís, onde vai aguardar a sanção judicial. Caso seja condenada, Alice pode pegar até 38 anos de prisão.

Veja as acusações de Alice

CONFORME A DECOP CONTRA ALICE EXISTE OITO IMPUTAÇÕES:

- 1º** - De ser a traficante líder de grupo criminoso que age na área do Geniparana, Cidade Operária e bairros vizinhos.
- 2º** - De ter mandado matar seu ex-companheiro Uricélio Soares de Jesus, conhecido por "Meladinho Preto" ou "Célio" em 20 de setembro de 2009. Meladinho Preto era traficante e foi morto na porta da casa de Alice.
- 3º** - De ter mandado assassinar Welton Luís Ferreira Araújo, o "Meladinho Branco", sobrinho de Meladinho Preto. O crime ocorreu em junho de 2010 na porta da casa de Alice. Os acusados seriam Tanaka e 'Ricardo' que teriam sido contratados para executar o 'concorrente
- 4º** - De ter mandado matar Carlos Alberto Pereira Sousa, o "Carroceiro" ou "Carlinhos" em novembro de 2010. O crime também ocorreu em frente à casa de Alice que teria encomendado o crime um adolescente que morava com a traficante e estaria sendo ameaçado pelo Carroceiro e por "Aquático".
- 5º** - De ter mandado executar Saulo Oliveira Santos, o "Gordinho", sendo que os autores desse crime seriam "Ruberval" e "Pexeirinho". Ruberval já está preso por outro homicídio.
- 6º** - De ter mandado matar Carlos Fernando Madeira Costa, o "Aquático" em janeiro de 2011. Aquático também foi morto perto da casa de Alice.
- 7º** - De ter mandado matar os irmãos "Fernadinho" e "Nenzinho" os quais eram traficantes e tinham roubado oito quilos de maconha que estavam escondidos em um bueiro próximo a casa de Alice.
- 8º** - De ter "contratado" os indivíduos Ruberval, Xaropinho e Pexeirinho e um adolescente para assassinarem seus adversários ou concorrentes no tráfico de drogas, bem como seus desafetos.

CIDADE OPERÁRIA

**FOI REGISTRAR
OCORRÊNCIA E
FICOU PRESO**

POLÍCIA 4

▶ CAIU BONITINHO

Homem preso ao registrar ocorrência na delegacia

MICHELLE ALMEIDA

Um fato inusitado ocorreu na manhã de segunda-feira, 14, na Delegacia da Cidade Operária, Decop. Carlos César Carvalho da Silva, conhecido como 'Kaká', 37 anos, morador da Rua Timbiras, Barés, João Paulo foi registrar uma ocorrência por perda de documentos na Decop, quando soube que contra ele havia um mandado de prisão preventiva expedido pela Justiça Criminal.

Segundo o delegado Walter Wanderlei, da Decop, Kaká é acusado de matar um homem identificado apenas como "Claudimir". De acordo com informações passadas por Kaká ao delegado, o crime teria acontecido em 2002 quando Kaká discutiu com Claudimir em um bar na feira do João Paulo. Os dois estariam bêbados e teriam brigado por um motivo banal. Na briga, Kaká deu uma facada no peito de Claudimir que morreu horas depois no hospital.

Após o crime, Kaká chegou a ficar um ano preso no Presídio São Luís. Porém,

seu advogado conseguiu um alvará de soltura em 2007. Desde então, ele tinha vivido trabalhando com refrigeração no João Paulo. Mas a liberdade de Kaká chegou ao fim porque, ao chegar à Decop, foi constatado que a juíza Alice de Sousa Rocha expediu um mandado de prisão preventiva contra o acusado, no dia 13 maio de 2009 e, desde então, ele era considerado foragido.

Perguntado pela reportagem do Aqui-MA sobre o que ele foi fazer uma delegacia já que o mesmo já tinha passagem pela polícia, ele disse que não sabia que ainda era acusado e que só foi registrar uma ocorrência porque tinha perdido os documentos. "Meu advogado conseguiu um alvará de soltura. Desde então, eu nunca mais foi procurado pela justiça. Como eu perdi meus documentos vim na delegacia registrar a ocorrência. Só agora que estou sabendo que tem esse mandado contra mim. Fui pego de surpresa", falou. Com o mandado de prisão expedido, Kaká deve ser enviado de volta para o Presídio São Luís.

Correição em Itapecuru começa nessa terça-feira

➤ As comarcas de Itapecuru e Raposa serão fiscalizadas nos próximos dias pela Corregedoria Geral da Justiça. Em Itapecuru, a correição geral ordinária começa nessa terça-feira, 15, e abrangerá três varas. Segundo estimativa da secretaria judicial, 10.630 processos tramitam naquela comarca. O trabalho será concluído até sexta-feira próxima pela juíza auxiliar da CGJ Ariane Mendes, que no dia 22 também coordenará correição na Raposa. Ontem, 14, o juiz José Nilo Ribeiro Filho inicia inspeção à 1ª e 2ª varas da Comarca de Presidente Dutra.

***Começa análise
de 8.800
processos da
6ª Vara Cível
PÁGINA 3***

Começa análise de 8.800 processos da 6ª Vara Cível

Os 8.800 processos da 6ª Vara Cível da capital - uma das unidades judiciárias com maior acervo processual do estado - começaram a ser analisados na manhã de ontem, 14, no salão do júri do Fórum do Calhau, pela força-tarefa do projeto "Pauta Zero", da Corregedoria Geral da Justiça (CGJ).

"Nossa meta é sentenciar e proferir decisão em todos", diz o juiz coordenador do projeto, Pedro Holanda Pascoal, lembrando orientação do corregedor Antonio Guerreiro Júnior para cumprimento do trabalho em tempo recorde. "Apesar do corre-corre, a qualidade da equipe garantirá um trabalho de qualidade", acredita o corregedor.

A alienação de carros e ações de reparação de danos morais são alguns dos assuntos elencados no cotidiano da 6ª Vara Cível.

Na prática, os vinte juízes que formam a equipe têm até sexta-feira, 18, para examinar milhares de papéis reunidos em volumes. Cada magistrado foi autorizado a trazer a São Luís um assessor da comarca onde é titular para auxiliá-lo. "Essa decisão é extraordinária e justificada pelo enorme volume processual da 6ª Vara Cível", explica a diretora da CGJ Sumaya Heluy.

De olho na meta, os magistrados anunciam atividades

no fórum também à noite.

A Corregedoria quer repetir na 6ª Vara Cível os bons resultados das três edições anteriores do "Pauta Zero": Vara de Entorpecentes da capital, 1ª Vara de Barra do Corda e Vitória do Mearim, onde foi lançado em dezembro de 2010.

O "Pauta Zero" na Vara de Entorpecentes, também no Fórum do Calhau, resultou em 1.460 processos analisados e liberação de 54 presos provisórios na Penitenciária de Pedrinhas - em situação prisional irregular.

A 4ª Vara Cível em São Luís será a próximo foco do "Pauta Zero" em São Luís. O corregedor Guerreiro Júnior confirma a ação de 11 a 15 de abril.

Varas das comarcas de Imperatriz, Balsas e Pastos Bons estão nos planos de trabalho do "Pauta Zero" para este ano.

ESTÁGIOS - Uma das novidades dessa nova edição do "Pauta Zero" é a abertura do projeto a universitários de Direito a partir do 7º período que queiram estagiar com os juízes. A participação, a título voluntário e sem remuneração, garante certificado. O interessado deve enviar currículo a phpascoal@tjma.jus.br ou lcriteiro@tjma.jus.br e aguardar ser notificado.

Homem vai registrar uma ocorrência na delegacia e acaba atrás das grades

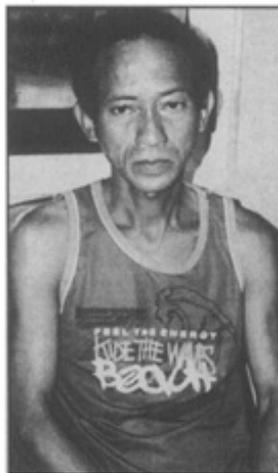
Um fato inusitado ocorreu na manhã de ontem, 14, na Delegacia da Cidade Operária, Decop. Carlos César Carvalho da Silva, conhecido como 'Kaká', de 37 anos, morador da Rua Timbiras/Barés, João Paulo foi registrar uma ocorrência por perda de documentos na Decop, quando soube que contra ele havia um mandado de prisão preventiva expedido pela Vara de Justiça Criminal.

Segundo o delegado Walter Wanderlei, Kaká é acusado de matar um homem identificado apenas como "Claudimir". De acordo com informações passadas por Kaká ao delegado, o crime teria acontecido em 2002 quando Kaká discutiu com Claudimir em um bar na feira do João Paulo. Os dois estariam bêbados e teria brigado. Na briga, Kaká deu uma facada no peito de Claudimir que morreu horas depois no hospital.

Após o crime, Kaká chegou a ficar um ano preso no Presídio São Luís. Porém, seu advogado conseguiu um alvará de soltura em 2007. Desde então ele tinha vivido trabalhando com refrigeração. Mas liberdade de Kaká chegou ao fim porque ao chegar à Decop foi constatado que a juíza Alice de Sousa Rocha expediu um manda-

do de prisão preventiva contra o acusado no dia 13 maio de 2009, desde então ele era considerado foragido.

Perguntado pela reportagem se ele sabia deste mandado, Carlos disse que não tinha conhecimento e que só foi registrar uma ocorrência por ter perdido os documentos. "Meu advogado conseguiu um alvará de soltura, desde então eu nunca mais foi procurado pela justiça. Como eu perdi meus documentos vim na delegacia registrar a ocorrência. Só agora que estou sabendo que tem esse mandado contra mim. Fui pego de surpresa", falou.



Carlos é acusado de assassinar uma pessoa em 2007

REFORMA

Comarca de Cedral suspende audiências

As audiências estão suspensas esta semana na Comarca de Cedral, a 193 km de São Luis, em razão de reforma no prédio do Fórum Des. Juvenil Amorim Ewerton.

De acordo com a juíza Marcela Santana Lobo, titular da comarca, foram adiadas as seis audiências agendadas para 14 a 18 de março, e que serão remarca-

das para outra data.

Há cerca de um mês o fórum passa por reforma realizada pelo Tribunal de Justiça, com colocação de novo piso e divisórias e melhorias no teto e paredes.

Apenas uma sala está funcionando no prédio, onde são feitos, simultaneamente, o atendimento e a movimentação processual.

JUSTIÇA

Correição em Itapecuru-Mirim começa hoje

As comarcas de Itapecuru e Raposa serão fiscalizadas nos próximos dias pela Corregedoria Geral da Justiça. Em Itapecuru, a correição geral ordinária começa hoje terça-feira, 15, e abrangerá três varas. Segundo estimativa da secretaria judicial, 10.630 processos tramitam naquela comarca.

O trabalho será concluído até sexta-feira próxima pela juíza auxiliar da CGJ Ariane Mendes, que no dia 22 também coordenará correição na Raposa.

Ontem segunda-feira, 14, o juiz José Nilo Ribeiro Fi-

lho iniciou inspeção à 1ª e 2ª varas da Comarca de Presidente Dutra.

As atividades de correição têm por objetivo corrigir ou refazer eventuais procedimentos que possam prejudicar o bom andamento do trabalho forense. Servem ainda para colocar em ordem os dados processuais, tais como a quantidade de processos em tramitação na vara.

De acordo com o Código de Normas da Corregedoria, anualmente pelo menos um terço das comarcas do estado devem ser

correicionadas pelo corregedor ou por seus juízes auxiliares.

Em 2010, primeiro ano de gestão do corregedor Antonio Guerreiro Júnior, a Corregedoria fechou o exercício com 53 varas fiscalizadas e fixou para este ano meta para outras 43 varas - 37 do interior e seis da capital.

Segunda maior comarca do estado, Imperatriz receberá correição em quatro varas: 4ª Cível, 2ª Cível, 1ª Criminal e 2ª de Família.



juíza auxiliar da CGJ Ariane Mendes

RELAÇÕES DE CONSUMO

Câmara Criminal tranca ação penal contra funcionários da AmBev

Em sessão ontem segunda-feira, 14, a 3ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça decidiu trancar ação penal instaurada contra três funcionários da Companhia de Bebidas das Américas (AmBev) em São Luís, denunciados por crime contra as relações de consumo.

O Ministério Público Estadual (MPE) denunciou a coordenadora de qualidade e os gerentes geral e de engarrafamento da empresa, após constatação pericial da presença de fragmentos de inseto em garrafas da cerveja Skol, identificadas inicialmente por três consumidores que faziam uso do produto.

O fato aconteceu em março de 2007 e motivou fiscalizações na empresa, que também foi denunciada pelo MPE, infor-

mando condições de total falta de higiene e desobediência de cautelas mínimas de segurança na fábrica da capital.

O desembargador Joaquim Figueiredo relatou habeas corpus impetrado pelos três funcionários, que alegavam sua não participação nos fatos, pois teriam ingressado nos cargos após a ocorrência do fato.

O magistrado decidiu cancelar a ação penal contra os três funcionários, argumentando falta de justa causa para a denúncia, na qual seria necessária a demonstração de elementos individualizados que apontassem sua participação nos fatos, já que a acusação se deu pelo simples fato de ocuparem cargos de gerência na empresa, os quais assumiram após a constatação da contaminação das garrafas.

PODER JUDICIÁRIO

Obras do novo centro administrativo são vistoriadas

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Jamil Gedeon, vistoriou ontem segunda-feira, 14, as obras de reforma do prédio onde funcionará o novo centro administrativo do Poder Judiciário.

O imóvel - onde funcionou por vários anos a Assembleia Legislativa do Maranhão - está sendo adequado para atender às necessidades da administração do TJMA, com um espaço mais funcional e estrutura adaptada ao funcionamento dos setores administrativos, beneficiando aqueles que procuram os serviços da Justiça.

O planejamento do projeto de reforma do prédio foi feito pela Diretoria de Engenharia,

que está também coordenando a execução da obra. Até o momento, já foram realizadas 90% das novas instalações elétricas e 80% da rede de informática.

O presidente do TJMA, desembargador Jamil Gedeon, ressaltou a importância do investimento, afirmando que "a mudança das unidades administrativas para o prédio em reforma reflete o esforço da atual gestão para a continuidade da modernização dos métodos de trabalho e melhoria das condições físicas e materiais para oferecer uma boa prestação jurisdicional aos cidadãos".

Atualmente, a estrutura administrativa do Poder Judiciário está distribuída no edifício-

sede e anexos da Praça Pedro II, no Centro, e no bairro da Alemanha, o que gera inúmeras dificuldades do ponto de vista logístico e financeiro.

Acompanharam o presidente Jamil Gedeon na vistoria ao prédio em reforma a desembargadora Anildes Cruz, a diretora geral do TJMA, Alessandra Darub, o juiz auxiliar da Presidência, Raimundo Bogéa, o diretor de engenharia, Antonio José do Lago Junior, e o diretor administrativo do tribunal, Francisco das Chagas Pereira.



O prédio abrigará os setores administrativos do TJMA

ESFORÇO

Começa análise de 8.800 processos da 6ª Vara Cível

Os 8.800 processos da 6ª Vara Cível da capital - uma das unidades judiciárias com maior acervo processual do estado - começaram a ser analisados na manhã de ontem segunda-feira, 14, no salão do júri do Fórum do Calhau, pela força-tarefa do projeto "Pauta Zero", da Corregedoria Geral da Justiça (CGJ).

"Nossa meta é sentenciar e proferir decisão em todos", diz o juiz coordenador do projeto, Pedro Holanda Pascoal, lembrando orientação do corregedor Antonio Guerreiro Júnior para cumprimento do trabalho em tempo recorde. "Apesar do corre-corre, a qualidade da equipe garantirá um trabalho de qualidade", acredita o corregedor.

A alienação de carros e ações de reparação de danos morais são alguns dos assuntos elencados no cotidiano da 6ª Vara Cível.

Na prática, os vinte juízes que formam a equipe têm até sexta-feira, 18, para examinar

milhares de papéis reunidos em volumes. Cada magistrado foi autorizado a trazer a São Luís um assessor da comarca onde é titular para auxiliá-lo. "Essa decisão é extraordinária e justificada pelo enorme volume processual da 6ª Vara Cível", explica a diretora da CGJ Sumaya Heluy.

De olho na meta, os magistrados anunciam atividades no fórum também à noite.

A Corregedoria quer repetir na 6ª Vara Cível os bons resultados das três edições anteriores do "Pauta Zero": Vara de Entorpecentes da capital, 1ª Vara de Barra do Corda e Vitória do Mearim, onde foi lançado em dezembro de 2010.

O "Pauta Zero" na Vara de Entorpecentes, também no Fórum do Calhau, resultou em 1.460 processos analisados e liberação de 54 presos provisórios na Penitenciária de Pedrinhas - em situação prisional irregular.

A 4ª Vara Cível em São Luís será a próximo foco do "Pauta

Zero" em São Luís. O corregedor Guerreiro Júnior confirma a ação de 11 a 15 de abril.

Varas das comarcas de Imperatriz, Balsas e Pastos Bons estão nos planos de trabalho do "Pauta Zero" para este ano.

Estágios

Uma das novidades dessa nova edição do "Pauta Zero" é a abertura do projeto a universitários de Direito a partir do 7º período que queiram estagiar com os juízes. A participação, a título voluntário e sem remuneração, garante certificado.

O interessado dever enviar currículo a phpascoal@tjma.jus.br ou lcibeiro@tjma.jus.br e aguardar ser notificado.



DELEGACIA

Governo inaugura Complexo de Polícias de Buriticupu

A população de Buriticupu vive uma nova realidade na área de segurança pública com a inauguração, ontem segunda-feira, 14, do Complexo de Polícias da cidade, construído pelo Governo do Estado, por meio da Secretaria de Estado de Segurança Pública (SSP), em parceria com a Prefeitura.

O prédio abriga uma Delegacia da Polícia Civil e a 14ª Companhia Independente de Polícia Militar. A obra faz parte do plano de ação de modernização do aparato estadual de segurança que está sendo executado pelo governo.

A solenidade de entrega contou com a presença do secretário de Estado de Segurança Pública, Aluísio Mendes e diversas autoridades. "Agora vamos reforçar o efetivo e os equipamentos, com novas viaturas e armamento",

garantiu o secretário.

Aluísio Mendes destacou que Buriticupu é uma das cidades que mais crescem no Maranhão, necessitando da presença ostensiva e permanente da polícia. Garantiu que o município vai receber dois novos veículos, um para a Polícia Civil e outro para a Polícia Militar. "Vamos transformar essa região numa das mais tranquilas do estado", declarou.

O terreno, onde foram erguidos os prédios foi doado pela Prefeitura, está localizado entre a Rua Duque de Caxias e a Travessa 15 de Novembro, no Bairro Vila Isaias. O Governo do Estado arcou com os custos de construção e execução, sob a supervisão do Departamento de Obras e Reformas da SSP. O valor total do investimento é de R\$ 599.347,51.

A solenidade de inauguração contou com a presença do secretário-adjunto de Inteligência e Ações Estratégicas da SSP, Laércio Costa; do comandante-geral da Polícia Militar, coronel Franklin Pacheco; do superintendente de Polícia Civil do Interior, delegado Jair Lima de Paiva; e do prefeito Antonio Marcos de Oliveira. Participaram, também, outros representantes do Sistema de Segurança, do Poder Judiciário, do Ministério Público, do Banco do Brasil e do Bradesco, além de autoridades políticas, empresários e moradores da cidade.



Complexo das polícias Civil e Militar de Buriticupu



**ESTADO DO MARANHÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

**AVISO DE SUSPENSÃO E REABERTURA DE PRAZO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO (SRP) N.º 11/2011
Processo n.º. 39.065/2010**

A Divisão de Licitação e Contratos do Tribunal de Justiça do Maranhão torna pública a **SUSPENSÃO** do Pregão Eletrônico (SRP) n.º. 11/2011, referente à Aquisição de materiais diversos para higienização e conservação dos documentos da Coordenadoria do Arquivo e Documentos Históricos, inicialmente marcado para o dia 11/03/2011, às 10:00 horas (horário de Brasília).

Assim, a nova data para a abertura da sessão pública será no dia 25/03/2011, às 10:00 horas (horário de Brasília), através do uso de recursos de tecnologia da informação, site www.comprasnet.gov.br.

São Luís, 14 de março de 2011.
JOANNE DIAS CUNHA
Pregoeira Oficial - TJ/MA



**ESTADO DO MARANHÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

**AVISO DE SUSPENSÃO E REABERTURA DE PRAZO
PREGÃO ELETRÔNICO (SRP) N.º. 14/2011
Processo Administrativo n.º 19.975/10**

A Divisão de Licitação e Contratos do Tribunal de Justiça do Maranhão torna público que fará realizar, sob a égide da Lei n.º 10.520/02, Lei Complementar n.º 123/06, do Decretos Federais n.º 5.450/05 e n.º 3.931/01, dos Decretos Estaduais n.º 26.645/10 e n.º 24.628/08, e subsidiariamente as disposições da Lei n.º 8.666 de 21 de junho de 1993, a **REABERTURA DE PRAZO** da licitação, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO** Tipo **MENOR PREÇO**, por **LOTE**, pelo Sistema de Registro de Preços, para Aquisição de materiais/equipamentos de segurança eletrônica, incluindo instalação, no dia 15/03/2011, às 09:30 horas (horário de Brasília), inicialmente marcado para o dia 15/03/2011, às 09:30 horas (horário de Brasília).

Assim, a nova data para a abertura da sessão pública será no dia 25/03/2011, às 09:30 horas (horário de Brasília), através do uso de recursos de tecnologia da informação, site www.comprasnet.gov.br.

A pregoeira informa que, o edital com as devidas alterações encontra-se disponível nas página web do Comprasnet – endereço www.comprasnet.gov.br.

São Luís, 14 de março de 2011.
EVILENE CABRAL
Pregoeira TJ/MA

Presidente do TJ, Jamil Gedeon, visita novo centro administrativo

O imóvel abrigou por vários anos a Assembléia Legislativa, na Rua do Egito, Centro

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Jamil Gedeon, vistoriou ontem as obras de reforma do prédio onde funcionará o novo centro administrativo do Poder Judiciário.

O imóvel – onde funcionou por vários anos a Assembléia Legislativa do Maranhão, na Rua do Egito - Centro – está sendo adequado para atender às necessidades da administração do TJMA, com um espaço mais funcional e estrutura adaptada ao funcionamento dos setores administrativos, beneficiando aqueles que procuram os serviços da Justiça.

O planejamento do projeto de reforma do prédio foi feito pela Diretoria de Engenharia, que está também coordenando a execução da obra. Até o momento, já foram realizadas 90% das novas instalações elétricas e 80% da rede de informática.

Investimento - O presidente do TJMA ressaltou a importância do investimento, afirmando que “a mudança das unidades administrativas para o prédio em reforma reflete o esforço da atual gestão para a



Jamil Gedeon (c) avalia obras

continuidade da modernização dos métodos de trabalho e melhoria das condições físicas e materiais para oferecer uma boa prestação jurisdicional aos cidadãos”.

Atualmente, a estrutura administrativa do Poder Judiciário está distribuída no edifício-sede e anexos da Praça Pedro II, no Centro, e no bairro Alemanha, o que gera inúmeras dificuldades do ponto de vista logístico e financeiro.

Acompanharam o presidente Jamil Gedeon na vistoria ao prédio em reforma a desembargadora Anildes Cruz, a diretora-geral do TJMA, Alessandra Darub, o juiz auxiliar da Presidência, Raimundo Bogéa, o diretor de engenharia, Antonio José do Lago Junior, e o diretor administrativo do tribunal, Francisco das Chagas Pereira.

Força-tarefa da CGJ analisa processos no projeto Pauta Zero

Acervo processual da 6ª Vara Cível de São Luís, o maior do estado, será examinado por 20 juízes. **Geral 7**

Começa análise de 8.800 processos

Corregedoria inicia Pauta Zero na 6ª Vara Cível da capital, que reúne o maior acervo processual do estado

Os 8.800 processos da 6ª Vara Cível da capital – uma das unidades judiciárias com maior acervo processual do estado – começaram a ser analisados na manhã de ontem, no salão do júri do Fórum do Calhau, pela força-tarefa do projeto Pauta Zero, da Corregedoria Geral da Justiça (CGJ).

“Nossa meta é sentenciar e proferir decisão em todos”, diz o juiz coordenador do projeto, Pedro Holanda Pascoal, lembrando orientação do corregedor Antonio Guerreiro Júnior para cumprimento do trabalho em tempo recorde. “Apesar do corre-corre, a qualidade da equipe garantirá um trabalho de qualidade”, acredita o corregedor.

A alienação de carros e ações de reparação de danos morais são alguns dos assuntos elencados no cotidiano da 6ª Vara Cível.

Na prática, os 20 juízes que formam a equipe têm até sexta-feira, 18, para examinar milhares de papéis reunidos em volumes. Cada magistrado foi autorizado a trazer a São Luís um assessor da comarca onde é titular para auxiliá-

lo. “Essa decisão é extraordinária e justificada pelo enorme volume processual da 6ª Vara Cível”, explica a diretora da CGJ Sumaya Heluy. De olho na meta, os magistrados anunciam atividades no fórum também à noite.

Resultados - A Corregedoria quer repetir na 6ª Vara Cível os bons resultados das três edições anteriores do “Pauta Zero”: Vara de Entorpecentes da capital, 1ª Vara de Barra do Corda e Vitória do Mearim, onde foi lançado em dezembro de 2010.

O Pauta Zero na Vara de Entorpecentes, também no Fórum do Calhau, resultou em 1.460 processos analisados e liberação de 54 presos provisórios na Penitenciária de Pedrinhas - em situação prisional irregular.

A 4ª Vara Cível em São Luís será a próximo foco do Pauta Zero em São Luís. O corregedor Guerreiro Júnior confirma a ação de 11 a 15 de abril.

Varas das comarcas de Imperatriz, Balsas e Pastos Bons estão nos planos de trabalho do “Pauta Zero” para este ano.

Divulgação



Equipe de 20 juizes começou ontem em São Luís a examinar milhares de papéis reunidos em volumes

Correção

As comarcas de Itapecuru e Raposa serão fiscalizadas nos próximos dias pela Corregedoria Geral da Justiça. Em Itapecuru, a correção geral ordinária começa hoje e abrange três varas. Segundo estimativa da secretaria judicial, 10.630 processos tramitam naquela comarca.

O trabalho será concluído até sexta-feira próxima pela juíza auxiliar da CGJ Ariane Mendes, que no dia 22 também coordenará correção na Raposa.

Ontem, o juiz José Nilo Ribeiro Filho iniciou inspeção à 1ª e 2ª varas da Comarca de Presidente Dutra.



Ricardo, Cristiano, Roberval, Maria Eulénice (detalhe), que liderava o grupo de extermínio, e Adriano Márcio

Preso chefe do tráfico de droga no Geniparana

Além de comandar uma boca-de-fumo, a mulher era líder também de um grupo de extermínio

Policiais da Delegacia Especial da Cidade Operária (Decop) conseguiram prender na noite de domingo, 13, Maria Eulénice Santos Silva, a *Alice*, de 30 anos, que, segundo a polícia, seria traficante e líder de um grupo de extermínio, desarticulado no início de fevereiro, e acusada de ter mandado assassinar pelo menos sete pessoas nos últimos dois anos.

Alice foi apresentada ontem à tarde na Decop, após ter sido surpreendida no Presídio São Luís, de segurança máxima, Pedrinhas, onde fazia uma visita íntima ao companheiro, Wadson da Silva Araújo, o *Tanaka*, que está preso por tráfico de drogas. A prisão da traficante foi determinada pelo juiz Osmar Gomes dos Santos, titular da Vara de Entorpecentes de São Luís.

"Ainda não tínhamos conseguido prender a *Alice*, por ela ser

Mais

Também foram apresentados ontem na Decop Ricardo Israel Barros da Silva, Cristiano Gomes Bessa, e Ruberval de Jesus da Silva Fontinelle, considerados os executores contratado por Alice Tanaka, atual namorado da traficante, cumpre pena de 23 anos por roubo, homicídio, tráfico de drogas e porte ilegal de arma. Ele também teria participação no furto de várias pistolas do Quartel da PM no Calhau.

traficante bem articulada. Nunca vivia no local onde estocava a droga, e isso dificultava o flagrante. Apresentamos todo o seu histórico criminal à Justiça e finalmente conseguimos proporcionar um alívio à população da Cidade Operária", disse o delegado Walter Wanderley.

Depois de ser conduzida da unidade prisional em Pedrinhas para a Decop, a equipe de capturas da especializada também con-

seguiu prender o irmão dela, Adriano Márcio dos Santos. Os dois residem na Rua Rio Serra, quadra D, casa 13, Loteamento Geniparana, no município de São José de Ribamar, onde também eram executadas as vítimas que deviam dinheiro ao grupo.

Entre as vítimas assassinadas por ordem de *Alice* e seus "soldados", estão seu ex-companheiro, Uricélio Soares de Jesus, conhecido como *Meladinho Preto* ou *Célio*, e seu sobrinho, Welton Luís Femeira Araújo, o *Meladinho Branco*. Os crimes ocorreram em junho de 2010 na porta da casa de *Alice*. Os demais homicídios ocorrem entre o ano passado e o início deste ano, na mesma localidade.

As vítimas foram identificadas como Carlos Alberto Sousa, o *Carroceiro*; Saulo Oliveira Santos, o *Gordinha*; Carlos Fernando Madeira Costa, o *Aquático*; e os irmãos *Fernadinho* e *Nenzinho* que, de acordo com a polícia, também eram traficantes, porém de um grupo rival que tinha roubado drogas da boca-de-fumo liderada pela mulher.

JUSTIÇA

Fugitivo é preso ao comparecer à delegacia para registrar BO

Na manhã de ontem, Carlos César Carvalho da Silva, conhecido como 'Kaká', de 37 anos, morador da Rua Timbiras/Barés, João Paulo foi registrar uma ocorrência por perda de documentos na Decop, quando soube que contra ele havia um mandado de prisão preventiva expedido pela Vara de Justiça Criminal.

Segundo o delegado Walter Wanderlei, "Kaká" é acusado de matar um homem identificado apenas como "Claudimir", crime ocorrido em 2002, quando "Kaká" discutiu com a vítima em um bar na feira do João Paulo. Na briga, Kaká deu uma facada no peito de Claudimir que morreu horas depois no hospital.

Após o crime, o acusado chegou a ficar um ano preso no Presídio São Luís. Porém, seu advogado conseguiu um alvará de soltura em 2007. Desde então ele estava trabalhan-

do com refrigeração, mas a liberdade do mesmo chegou ao fim. Os agentes a Decop constataram que a juíza Alice de Sousa Rocha expediu um mandado de prisão preventiva contra o acusado no dia 13 maio de 2009, desde então ele era considerado foragido.

Perguntado pela reportagem se ele sabia deste mandado, Carlos disse que não tinha conhecimento e que só foi registrar uma ocorrência por ter perdido os documentos. "Meu advogado conseguiu um alvará de soltura, desde então eu nunca mais fui procurado pela justiça. Como eu perdi meus documentos vim na delegacia registrar a ocorrência. Só agora que estou sabendo que tem esse mandado contra mim. Fui pego de surpresa", falou. Por força do mandado de prisão, "Kaká" retornou para o presídio São Luís ainda nesta segunda-feira.

Tribunal de Justiça

O Tribunal de Justiça do estado do Maranhão (TJ) lançou novo concurso público com oferta de 58 oportunidades efetivas e formação de cadastro reserva para todos os níveis de escolaridade. O Instituto de Estudos Superiores do Extremo Sul (Ieses) é a empresa responsável pela organização do certame. De acordo com o edital de abertura, as remunerações mensais são determinadas pela Lei Estadual nº 9.305, de 16 de dezembro de 2010. Podem concorrer aos cargos de nível superior os graduados em Análise de Sistemas, Assistência Social, Contabilidade, Engenharia Elétrica, Psicologia e Direito. Para quem possui formação intermediária os cargos oferecidos são os de comissário de justiça da infância e juventude e de técnico judiciário especialista em hardware, software, apoio administrativo, Contabilidade e em Edificações. Já para quem tem ensino fundamental, o cargo oferecido é o de auxiliar de justiça. Interessados tem até o dia 8 de abril para se inscrever pelos sites www.servidor.tjma.ieses.org e www.tjma.jus.br. As taxas de participação variam de R\$ 45 a R\$ 75. As provas objetivas serão aplicadas no dia 15 de maio. Haverá ainda provas discursivas para todos os cargos, prova de títulos para os cargos de nível superior e prova de digitação para os candidatos ao cargo de oficial de justiça.

CONCURSO // *TJ-MA abre 149 vagas em cartórios*

PÁGINA 8

Cartórios em disputa

Concurso público será realizado pelo Tribunal de Justiça para preenchimento de 149 vagas de registradores e tabeliões

ADALBERTO JÚNIOR

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA) abriu concurso público para outorga de delegação de serviços de notas e de registros, popularmente conhecidos como cartórios. São oferecidas 149 vagas para registradores e tabeliões de notas (notários). As inscrições custam R\$ 150 e acontecem até o dia 8 de abril, nos sites www.cartorio.tjma.ieses.org / www.tjma.jus.br. O processo envolverá aplicação de provas objetivas, discursivas, escritas, práticas e orais de títulos. As provas serão compostas por 100 questões, quatro alternativas (respostas), com a objetiva aplicada no dia 22 de maio (domingo). Os portões serão fechados às 8h, com quatro horas de duração, sem consultas. A avaliação terá escala de 0 a 10 e serão aprovados os que obtiverem nota igual ou superior a cinco. A prova discursiva – escrita e

prática – terá duas questões práticas e quatro teóricas. As questões práticas deverão ter no mínimo 20 linhas e no máximo 60. As teóricas 10 e 15, respectivamente. Os pré-classificados para a prova discursiva – escrita e prática – serão convocados por edital publicado no Diário da Justiça Eletrônico do Estado do Maranhão no dia 29 de junho. Já a prova discursiva – escrita e prática – terá duração de cinco horas e início às 8h do dia 10 de julho. O concurso está a cargo do Instituto de Estudos Superiores do extremo Sul (Ieses).

Vagas e isentos

São oferecidas 149 vagas: 100 por ingresso e 49 por remoção. Para Pessoas Portadoras de Deficiências (PPD), são cinco para ingresso e três para remoção. Para concorrer às vagas em provimento de remoção poderão se inscrever os titulares de serventias extrajudiciais do estado, que já dete-

nham a delegação por mais de dois anos. Para provimento de ingresso, os concorrentes devem ser graduados em Direito, em instituição de ensino oficial ou devidamente reconhecido pelo Ministério da Educação (MEC). E ainda, candidatos que tenham exercido por 10 anos completos função em serviço notarial ou de registro. Os candidatos isentos de inscrição devem tirar cópia impressa do boleto bancário, indicação do Número de Identificação Social (NIS), declaração de que atende à condição de família de baixa renda. Os documentos deverão ser enviados via sedex para o Ieses – Concurso TJ MA Cartório – Edital 001 – 2011 – A/C Caixa Postal 6545 88036-970 Florianópolis (SC), com postagem até o dia 18 de março. Os documentos também poderão ser entregues, no protocolo do Tribunal de Justiça, na Praça Pedro II, Centro, encaminhados à secretaria da Comissão de Concurso do

JUNOT LACET/DB/O A PRESS



CANDIDATOS A FUNCIONÁRIOS DE CARTÓRIOS TERÃO ATÉ 8 DE ABRIL PARA SE INSCREVEREM

Tribunal. O resultado das análises de pedido de isenção será divulgado no dia 31 de março, pela internet, nos endereços citados. A relação dos candidatos que concorrem às vagas reservadas a pessoas portadoras de deficiência será disponibilizada na internet até o último dia útil anterior à data de realização das provas. Os candidatos PPD, em função da escolha de vagas, deverão optar pela classificação geral ou pela específica para vagas reservadas. Os excedentes serão convocados automaticamente para efeito de escolha.

Os cartórios são concessões que funcionam sob regime de atividade privada e são fiscalizados pelo poder judiciário. São do 1º Ofício (imóveis, protestos e notas) e do 2º

Ofício (registro civil, registro de pessoa jurídica). Neles, trabalham os registradores e os notários (tabeliões). Os primeiros executam registros de imóveis, registros civis (nascimento, óbitos e casamentos), estatutos e contratos de pessoas jurídicas, e outros documentos, como notificações, contratos de financiamentos de veículos, entre outros. Os tabeliões de notas – notários - fazem autenticações, reconhecimento de firmas, escrituras, procurações e protestos. Em cada município do estado existe, no mínimo, um cartório funcionando. Dos 217 municípios do Maranhão, 59 ainda não possuem o serviço, como Capinzal do Norte e Alto Alegre do Maranhão.

Conflito na transferência

Antes, os cartórios eram hereditários, ou seja, passavam de pais para filhos. É uma forma de negócio, pois gera lucros. Hoje em dia, os funcionários e titulares são escolhidos via concurso público. O primeiro e único concurso para a área foi realizado em 2008, e os aprovados tomaram posse em 2009, ocasião em que 82 cartórios foram providos. Devido à mudança dos parâmetros para assumir os cargos e titularidade, houve – deve continuar havendo – choque de interesses e resistência por parte dos atuais titulares de cartórios. De acordo com Douglas Lima, secretário da comissão do concurso público, dos casos de resistência, o que mais repercutiu foi o do 3º Cartório de Notas (Centro), que tinha como titular interino José Maria Pinheiro. O conflito foi parar na Justiça que ordenou a posse do novo titular. O 3º Cartório funciona hoje na Rua do Sol. Os aprovados em concurso escolhem em que cartório preferem trabalhar. No caso de novos cartórios, fica à escolha do aprovado que pode tornar-se titular e investir no cartório, com o estabelecimento de sede física.

QUEM FAZ O QUÊ

Entenda o que será disputado no certame aberto pelo TJ-MA

Registrador – Registra imóveis, registros civis (nascimento, óbitos e casamentos), estatutos e contratos de pessoas jurídicas, e outros documentos, como notificações, contratos de financiamentos de veículos, entre outros.

Tabelião de notas (Notário) – Faz autenticações, reconhecimento de firmas, escrituras, procurações e protestos.

Cartórios do 1º Ofício – tratam de imóveis, protestos e notas.

Cartórios do 2º Ofício – tratam de registros civis, e de pessoa jurídica.

AÇÃO TRANCADA

A 3ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça decidiu, ontem, trancar ação penal instaurada contra três funcionários graduados da Companhia de Bebidas das Américas (AmBev) em São Luís, denunciados por crime contra as relações de consumo. A ação foi proposta em 2007 pelo Ministério Público Estadual (MPE), contra três gerentes da empresa, em razão de haver sido encontrados fragmentos de insetos numa garra de cerveja Skol.

Alice na Cidade Operária

Foi presa Eulénice Silva que é apontada como a chefe do tráfico em dez bairros e acusada de envolvimento em sete homicídios

SANDRA VIANA

A chefe do tráfico da Cidade Operária e adjacências. Assim a polícia define Maria Eulénice Santos Silva, 30 anos, a "Alice". Procurada desde 2009, ela foi presa na manhã do último domingo, durante visita ao companheiro no Presídio São Luís. Contra Alice havia um mandado de prisão preventiva expedido pela Vara de Entorpecentes. Ao ser flagrada e presa, ela alegou inocência e intimidou a polícia dizendo não haver provas de seu envolvimento com tráfico de drogas e homicídios. Alice tem contra si uma extensa lista de acusações que envolve sete homicídios (cinco deste ocorridos próximo à casa da acusada) tráfico de drogas, chefia de uma quadrilha que agia na Cidade Operária e outros dez bairros, além de perseguição a desafetos e àqueles que tentavam atrapalhar seus negócios. Apesar de investigar e monitorar a suspeita, a polícia tinha dificuldades em prendê-la. Prevenida, Alice sempre se desfazia das drogas escondendo-as e não mantinha contato direto com os integrantes de seu grupo. Segundo a polícia, integram a quadrilha de Alice pelo menos 13 homens, destes, nove já estão presos. A polícia prossegue as buscas pelo outros membros do grupo, e segundo o delegado Walter Wanderlei, "eles devem ser presos em até 24 horas".

O mandado de prisão expedido contra a acusada se deve à suspeita de participação dela na morte de uma pessoa, na Rua Santa Rosa, bairro Geniparana, em fevereiro último. Alice teria ido vingar o cunhado, assassinado por traficantes rivais. A

vítima teria sido morta por engano. A polícia conseguiu indícios que ligavam Alice ao caso e enviaram à justiça o pedido de prisão, que foi deferido. Os demais homicídios a ela atribuídos teriam sido cometidos entre 2009 e 2010. A prisão de Alice tumultuou as atividades na Delegacia da Cidade Operária, na manhã de ontem. Sabendo que ela estava detida, testemunhas foram ao local e prestaram depoimento relatando ameaças sofridas. "Agora a Cidade Operária vai respirar em paz", diz o delegado e acrescenta que, sem o apoio do poder judiciário, nem ela, nem seus comparsas estariam na cadeia. Foram presos como integrantes do bando Ruberval, Fábio Preto, Fernadinho Beira-Mar, Xaropinho, Nenzinho (irmão de Fernadinho Beira-Mar), Ricardo, Peito-de-Águia, Gordo, Paulo Açougeiro, Amaral, Bob, Léo, Adriano (irmão de Alice) e Ricardo Israel Barros da Silva (preso na casa de Alice, também no último domingo).

Ostomizado

Uma das vítimas de Alice, identificado como Pedro Jones, morador da Cidade Operária, vive protegido. Pedro hoje se locomove usando muletas e é ostomizado fruto de cinco tiros disparados contra ele, segundo a polícia, por homens a mando de Alice. Tudo por que ela desconfiava que Pedro, cujo pai é policial, seria informante de agentes das ações de sua quadrilha. Um comerciante do bairro conhecido como João do Galeto e presidente da associação local, também teria sido morto a mando dela. Alice assumiu o comando do tráfico no bairro em 2009, quando o marido Uricélio Soares de Jesus,

conhecido como "Meladinho Preto", foi morto com 14 tiros, em novembro daquele ano, cujo mando do crime é atribuído a ela. As investigações apontam que Alice lucrava cerca de 300 mil por mês com o tráfico de crack, maconha e cocaína. Recentemente, a polícia apurou que foram furtados 15 quilos de maconha escondidos em uma boca de esgoto, que seriam de Alice. Os locais onde ela costumava 'guardar' as drogas eram sempre estratégicos para evitar que a polícia encontrasse. A polícia já encontrou drogas em terrenos baldios, esgotos, áreas de matagal em locais adjacentes ao bairro de atuação da suspeita. Alice é acusada de tráfico, homicídio e associação para o tráfico e pode cumprir até 38 anos de prisão, em caso de condenação.

KARLOS GERÔNIMO/IMPRESS



EULENICE SANTOS SILVA, A ALICE DA CIDADE OPERÁRIA

FICHA CRIMINAL

As acusações sobre Alice

- ✓ Líder do tráfico no Geniparana, Cidade Operária e adjacências

- ✓ Suspeita de mandar matar Uricélio Soares de Jesus, conhecido por "Meladinho Preto" ou "Célio", em 20 de setembro de 2009, seu ex- companheiro

- ✓ Suspeita de matar Welton Luís Ferreira Araújo, o "Meladinho Branco", sobrinho de seu ex, em junho do ano passado

- ✓ Suspeita de mandar matar Carlos Alberto Pereira Sousa, o "Carroceiro" ou "Carlinhos", em novembro de 2010

- ✓ Suspeita de mandar matar Saulo Oliveira Santos, o "Gordinho"

- ✓ Suspeita de mandar matar Carlos Fernando Madeira Costa, o "Aquático", em janeiro deste ano

- ✓ Suspeita de mandar matar "Fernadinho" e "Nenzinho", irmãos que atuavam no tráfico e eram acusados de roubar oito quilo de maconha de um bueiro. A droga pertencia a Alice

- ✓ Suspeita de mandar matar rivais no tráfico

Chefas do tráfico

Devido ao perigo que ela representava e seus ritos de crueldade com os desafetos, o delegado comparou Alice a Rosângela Andréia Carvalho, 33 anos, a "Rosinha do Pó", presa em dezembro do ano passado. "Rosinha do Pó" agia há pelo menos cinco anos, na área da Jordoá, onde tinha residência, e no São Raimundo. Ela mantinha uma loja de roupas e costumava viajar para comprar estoques, estratégia para despistar a polícia e justificar o luxo em que vivia. Na lista de patrimônio de "Rosinha do Pó", a polícia encontrou quatro

veículos (S10, Corsa, Prisma e um Crossfox) e quatro casas todas de dois pavimentos, não compatíveis com o trabalho de vendas, que ela dizia exercer. Com o tráfico de cocaína e, principalmente, crack, ela movimentava cerca de R\$ 100 mil por mês, segundo a polícia. Assim como "Rosinha do Pó", Alice também se envolvia com suspeitos de trafego. Não só o primeiro companheiro morto, mas o atual, que ela visitava na prisão, quando foi detida. Vandison da Silva Araújo, o "Tanaka", cumpre pena de 23 anos por roubo, acusação de quatro homicídios, tráfico de drogas e porte ilegal de arma. Ele é suspeito ainda de participação no furto de armas do Quartel da PM, em agosto do ano passado.

Câmara Criminal tranca ação penal contra funcionários da AmBev

Em sessão ontem, a 3ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça decidiu trançar ação penal instaurada contra três funcionários da Companhia de Bebidas das Américas (AmBev) em São Luís, denunciados por crime contra as relações de consumo.

O Ministério Público Estadual (MPE) denunciou a coordenadora de qualidade e os gerentes geral e de engarrafamento da empresa, após constatação pericial da presença de fragmentos de inseto em garrafas da cerveja Skol, identificadas inicialmente por três consumidores que faziam uso do produto.

O fato aconteceu em março de 2007 e motivou fiscalizações na empresa, que também foi denunciada pelo MPE, informando condições de total falta de higiene e desobediência de cautelas mínimas de segurança na fábrica da capital.

O desembargador Joaquim Figueiredo relatou *habeas corpus* impetrado pelos três funcionários, que alegavam sua não participação nos fatos, pois teriam ingressado nos cargos após a ocorrência do fato.

O magistrado decidiu cancelar a ação penal contra os três funcionários, argumentando falta de justa causa para a denúncia, na qual seria necessária a demonstração de elementos individualizados que apontassem sua participação nos fatos, já que a acusação se deu pelo simples fato de ocuparem cargos de gerência na empresa, os quais assumiram após a constatação da contaminação das garrafas.

O voto do relator, em acordo com o parecer da Procuradoria Geral de Justiça, foi seguido pelos desembargadores Benedito Belo e José Bernardo Rodrigues.